



Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

RELATÓRIO

E

CONTAS

2017



“Misericórdia é a lei fundamental que mora no coração de cada pessoa, quando vê com olhos sinceros o irmão que encontra no caminho da vida.

Misericórdia é o caminho que une Deus e o homem, porque nos abre o coração à esperança de sermos amados para sempre, apesar da limitação do nosso pecado.”

Papa Francisco in Bula de proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia



ÍNDICE

1 – Corpos Sociais	4
2 – Apresentação da Instituição	5
3 – Relatório de Gestão	6
4 – Numero Médio de Funcionários da Instituição	13
5 – Balanço	14
6 – Demonstração de Resultados	15
7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	16
8 – Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	17
9 – Anexo às Demonstrações Financeiras.....	19
10 – Demonstração dos Resultados por Valências – 2017	39
11 – Certificação Legal de Contas.....	40
12 – Parecer do Definitório	42



1 – CORPOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente – Paulo Rui Santos Reisinho Valdez
Vice - Presidente – Maria Luísa Parreira Gago da Silva Reynaud da Silva
Secretário – José Manuel Costa Valério

MESA ADMINISTRATIVA:

Provedor – Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira
*** Vice - Provedor** - Eduardo Augusto Madeira Lopes
Secretário - Paulo Jorge Silva dos Santos
Tesoureiro - Paulo Alexandre Marques Neves

Mesários Efectivos:

Paula Margarida Nunes Botelho
Norberto Pires Gomes
Francisco José Banha Saldanha
José Manuel Gonçalves Almeida
Ricardo Jorge Reynaud da Silva
Emídio Nóbrega Simões
Graça de Fátima Rodrigues Croner Torres Bastos

Mesários Suplentes:

António Cândido de Almeida Teixeira
Daniela dos Santos Silva
Rui Bento Salas
Francisco José Farinha Martins

DEFINITÓRIO:

Presidente – Diamantino Santana Cordeiro
Vice - Presidente – Rogério Francisco Vaz de Carvalho
Secretário – Carlos Manuel Vicente Benedy

Vogais Suplentes:

Albano de Almeida

* Comunicou em 25/01/2018 o seu pedido de renúncia ao mandato em reunião da Mesa Administrativa



2 – APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, reconhecida por Provisão pelo Rei D. Manuel, de 2 de Abril de 1500, é hoje uma Associação de Fiéis, com personalidade Jurídica Canónica e Civil. É hoje também, uma entidade da *Economia Social*, sujeita aos princípios orientadores das bases da Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio; pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 (Republicação do Estatuto das IPSS's), com alteração pela Lei 76/2015 de 28 de Julho, considerada como Instituição Particular de Solidariedade Social e natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública.

Os seus fins são consignados à prática tradicional das *Catorze Obras de Misericórdia*, quer corporais quer espirituais, dispondo-se a desenvolver actividades de intervenção social na comunidade em que está inserida, nomeadamente:

- O apoio a pessoas idosas e/ou em situação de dependência;
- Pessoas com deficiência e/ou incapacidade;
- Apoios à família e comunidade em geral;
- Promoção da Saúde e prestação de cuidados curativos, de reabilitação e reintegração;
- Exploração e manutenção de unidades de cuidados paliativos especializados de saúde;

Quando cumpra critérios definidos pelo Regulamento n.º 346/2013 de 17 de Abril, do Parlamento Europeu e Conselho, sobre actividades secundárias e instrumentais, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal pode assumir a natureza de empresa social, para efeitos de fornecimento de bens e serviços sociais a pessoas marginalizadas ou vulneráveis, desfavorecidas ou excluídas, no âmbito de acção em empreendedorismo social.

Por estar também consignada à natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, cumpre-lhe igualmente, agir no sentido da defesa do seu património edificado e móvel, adquirido ao longo da sua existência, nas suas vertentes cultural e artísticas, religiosas e civis, bem como, na salvaguarda dos seus aspectos material e imaterial.

A sua **Missão** consiste assim, através das *Respostas Sociais* em execução, em assistir os Indivíduos que se encontram em situação de carência ou disfunção social, permanente ou temporária, atendendo aos princípios da dignidade humana, da família, da co-responsabilidade e entreajuda.

A sua **Visão** consiste em ser a instituição de referência em respostas sociais especializadas e plurisectoriais, distinguindo-se no universo das restantes IPSS's existentes na comunidade/Região em que está inserida.

Os seus **Valores** permanecem alocados à sua tradição fundacional, designadamente, da Caridade Cristã, traduzida na enunciação e prática das 14 Obras de Misericórdia, e bem assim, consignados à solidariedade, dignidade, equidade e tolerância sociais.



3 – RELATÓRIO DE GESTÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Instituição centenária, vem prestando ao longo de mais de 500 anos serviços à comunidade Setubalense nas áreas sociais e da saúde.

Durante o ano de 2017 a SCMS deu continuidade à implantação das medidas estratégicas anteriormente comunicadas, nomeadamente as que dizem respeito à reorganização das áreas operacionais.

A utilização de recursos mais eficientes tornou possível desenvolver, expandir e adaptar de forma mais eficaz a nossa oferta de serviços, adequando-os às necessidades dos nossos utentes/ clientes.

Terminámos o ano de 2017, com um novo Modelo Organizativo implementado, o qual dotou a SCMS de uma estrutura mais eficiente, permitindo em simultâneo alavancar o crescimento de algumas actividades e aumentar a competitividade no mercado do Terceiro Sector, com menos custos de funcionamento e suporte.

De entre as várias situações destacamos:

3.1 A optimização da Gestão Administrativa e Financeira

A SCMS tem um conjunto de valências que actuam em áreas e espaços diferentes. Isto obriga a um controlo de gestão mais rigoroso e detalhado. Por outro lado, os custos dos serviços partilhados têm de ser isolados de forma a poderem posteriormente ser imputados às várias valências nas respectivas percentagens, tendencialmente a imputar em função dos recursos consumidos.

3.2 Departamento de Recursos Humanos

É uma área estratégica para a SCMS no sentido de implicar uma maior exigência na selecção e formação dos seus colaboradores.

Na Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (Acidentes de Trabalho) no ano de 2017, foram cumpridas todas as obrigações estipuladas na legislação em vigor.

A prevenção de riscos profissionais foi uma das preocupações que levou a uma melhor educação, formação e informação para a promoção da melhoria da segurança e saúde no trabalho e de hábitos de prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

3.21 Estágios

A SCMS acolheu estagiários nas áreas da Fisioterapia e Psicologia, continuando um trabalho que já vem detrás e no próximo ano de 2018, através de novos protocolos com outras instituições, abrirá os estágios a outras áreas.



3.3 Gestão do Património e Manutenção

3.3.1 Manutenção e Conservação

No decorrer do ano de 2017, deu-se continuidade aos procedimentos estabelecidos no ano anterior, tendo como principal objectivo a resolução das não conformidades persistentes ao longo do tempo, no que respeita ao Património Operacional e de Rendimento. Este trabalho foi efectuado de forma eficaz, o que permitiu reduzir o número de reclamações relativamente aos anos anteriores. Foi dada uma atenção permanente a todos os equipamentos e instalações para que tudo pudesse funcionar em pleno. Assim procedemos com as viaturas, máquinas, aparelhos e instalações. Foi substituído equipamento no CAID, Clínica e Piscina, por necessidade e ao mesmo tempo decidimos optar por novas caldeiras e depósitos mais eficientes, gerando um menor consumo, o que permitirá recuperar o investimento efectuado num prazo curto.

Fizemos também a aquisição de três novas viaturas para substituir os rentings que terminaram durante o ano de 2017.

3.3.2 Arrendamento

Houve no ano de 2017 um decréscimo no volume das rendas no valor de 4.576,00 €. Os serviços de manutenção e conservação vêm actuando sempre de forma responsável, com o objectivo de manter os edifícios arrendados nas melhores condições de habitabilidade, o que tem vindo a ser assegurado através de pequenas obras preventivas e correctivas. Foi ainda levada a cabo a elaboração de um relatório de vistoria dos espaços arrendados, de acordo com os pedidos de intervenção, para num futuro mais próximo se poder englobar os mesmos num projecto de reabilitação.

3.3.3 Rendas em Atraso

Ao longo deste período de tempo, no âmbito de recuperar o maior número possível de rendas em atraso, foram efectuadas diligências no sentido de reaver os valores em dívida por parte dos inquilinos.

Nunca esquecendo porém a missão da SCMS, foi sempre dada uma resposta a todas as situações de acordo com o perfil económico-social dos inquilinos que se traduziu em acordos de dívida e anulação de valores em dívida há vários anos apesar de terem sentença judicial, considerados incobráveis por se desconhecer o paradeiro dos devedores.

3.3.4 Venda de Património

Ainda na área do património, a Mesa Administrativa da SCMS alienou em 2017 património cujo rendimento era inexistente (podendo até gerar compromissos sérios para a instituição), como forma de poder investir na reparação de outros imóveis.



Os prédios alienados foram:

- Prédio da Rua Paulino de Oliveira, Nº 58/60
- Prédio da Rua Pereira Cão, Nº 10/12
- Prédio da Rua Bartissol, Nº 18/24

3.4 Respostas Sociais

Ao longo do ano de 2017, mantendo o foco no utente/cliente, a SCMS continua a defender e promover o respeito pelo indivíduo, satisfazendo as suas necessidades biopsicossociais, melhorando a sua qualidade de vida e promovendo o envelhecimento activo.

Cada vez mais se registam admissões de idosos para os nossos lares, em situação de dependência moderada ou acentuada, que os condicionam na realização das actividades de vida diária e altera as necessidades e serviços a prestar, sendo pertinentes recursos humanos especializados. Contudo nós temos sabido gerir toda esta evolução na população quer a nova quer a residente, com grande profissionalismo e dedicação.

Em relação ao apoio prestado, o número médio de utentes apoiados foi:

Respostas Sociais	2017	2016
Lar Acácio Barradas	32	32
Lar Dr. Paula Borba	95	95
Centro Apoio Idosos Dependentes	57	58
Apoio Domiciliário	83	85
CATI - Lar	78	78
CATI - Serv. Apoio Domiciliário	36	36
CATI - Centro Dia	2	4
Total Utentes	383	388

3.4.1 Animação Sociocultural nos Lares

As actividades desenvolvidas são imprescindíveis para a actuação, baseada na qualidade e na eficácia, numa perspectiva do bem-estar dos utentes/clientes. Um dos objectivos é motivar o idoso, indo ao encontro dos seus interesses e trabalhando na diversidade e na melhoria contínua e no maior número de actividades, na melhoria contínua e no maior número de actividades realizadas e à disposição dos utentes.



3.4.2 Serviço de Apoio Domiciliário

No período de 2017, foram realizadas visitas domiciliárias a todos os clientes, no sentido de elaborar um diagnóstico e fazer as reavaliações, para reajustar os serviços às necessidades dos clientes de uma forma eficaz.

Estes cuidados acontecem muito na espera pessoal dos clientes. No entanto, o seu papel tem de ser entendido como uma resposta social.

3.5 Actividades

A SCMS no ano de 2017, realizou nos seus Lares actividades da vida diária, aniversários, tardes com animação musical e passeios ao exterior.

Festejo de datas festivas como o Carnaval, Páscoa, um verão em festa com Santos Populares, passeios à praia e a diversos espectáculos (Teatro, Musicais, Visita a Fátima, Jardim Zoológico de Lisboa e ao Museu Popular, etc.).

A SCMS voltou a realizar a sua Festa de Natal no Fórum Luisa Tody, um espectáculo que foi presenciado por cerca de 200 utentes dos seus vários Lares e de outras instituições e por representantes de diversas entidades da cidade, que contou com a participação dos utentes e funcionários da instituição e de vários artistas da nossa cidade, entre eles, Grupo Coral Ausentes do Alentejo, Grupo Coral da Universidade Sénior, Amigos do Xico da Cana, Susana Martins e Jorge Nice.

O Jantar de Natal da SCMS que reuniu no Lar Dr. Paula Borba, cerca de 140 funcionários da instituição e elementos dos Corpos Sociais, num alegre convívio que contou com um espectáculo de música e dança, e a presença Hip-Hop Beat Crew, a Tuna Académica de Setúbal Cidade Amada (TASCA) e o cantor Jorge Nice.

3.6 Saúde

3.6.1 Clínica de Medicina Física e Reabilitação

Recorreu-se á implementação gradual de um novo modelo de gestão, procurando o desenvolvimento da qualidade da informação interna e externa, melhorando a capacidade de resposta, através de um novo programa informático, já adquirido, e cuja utilização se iniciará em 2018. Assim melhoramos o sistema de marcação de consultas e de tratamentos, os registos clínicos e o processo de facturação.

3.6.2 Clínica Médica

Continuando sempre com a estratégia para dar resposta aos processos de negócio que vão surgindo na área da saúde, de forma fiável, com menor custo associado desenvolvendo as iniciativas necessárias para lançar novos serviços com maior agilidade.



Assim, a SCMS, aderiu ao protocolo assinado nas suas instalações entre a ARS e União das Misericórdias Portuguesas, em que a partir do dia 15 de Janeiro de 2018, na Clínica da SCMS, esta passa a dar 100 consultas diárias aos utentes sem médico de família de dois Centros de Saúde de Setúbal.

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal com este projecto reforça o seu papel no apoio à população.

Este serviço que pode ser ampliado no futuro, resulta no reconhecimento, por parte da Administração Central, do papel de complementaridade que as Misericórdias desempenham no exercício das funções Constitucionais do Estado.

3.7 Stakeholders

Pela própria génese da diversidade das atividades desenvolvidas e das inter-relações internas e externas que estabelecemos com os nossos stakeholders (Irmãos, Utentes, Fornecedores, Estado, etc.), na SCMS, estamos cientes do nosso contributo para sociedade e por esta razão, assumimos seriamente as nossas responsabilidades. Por isso, as nossas acções, políticas e decisões são tomadas e monitorizadas com o máximo de atenção, tendo na mais alta consideração os interesses dos nossos stakeholders.

3.8 Agradecimentos

A Mesa Administrativa da SCMS, agradece a todos os seus colaboradores, que no exercício das suas funções demonstraram, zelo, competência e elevado sentido de responsabilidade, dando sempre o seu melhor, queremos expressar quanto apreciamos o valor da vossa dedicação, realçando a especial cooperação da maioria, por salvaguardar a ordem e a disciplina, mantendo assim a SCMS o seu estatuto de entidade respeitada e respeitadora no seio da sociedade de que faz parte.

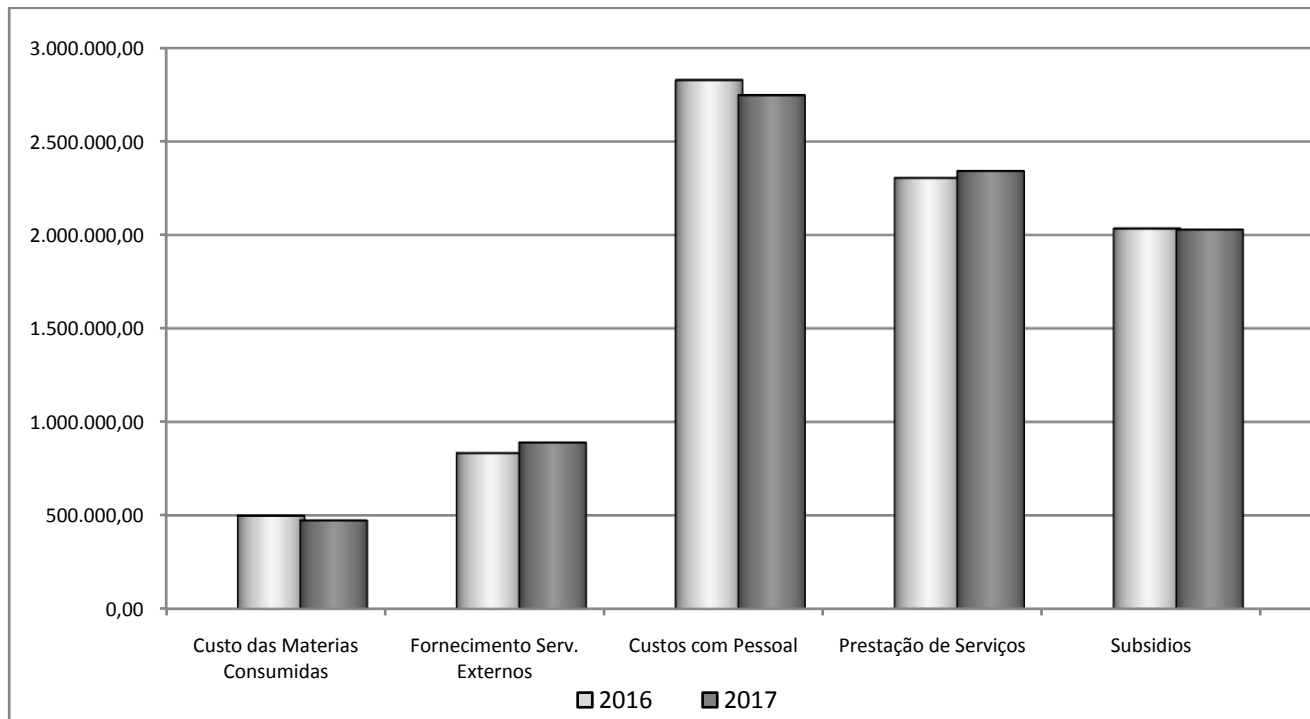
3.9 Linhas relevantes de actuação e objectivos estratégicos

Para 2018, a SCMS identificou como relevante a prossecução dos seguintes objectivos estratégicos:

- Dar continuidade à estratégia de especialização e o foco no sector da saúde, através do inicio das consultas para utentes sem Médico de Família.
- Investimento na melhoria das tecnologias de informação e protecção de dados.
- Requalificação e ampliação do Lar Acácio Barradas.

3.10 Conclusão

Terminado o ano de 2017 com um modelo organizativo parcialmente implementado, o qual dotou a SCMS de uma estrutura mais eficiente, permitindo em simultâneo, um crescimento sustentado, um aumento da competitividade e com menores custos de funcionamento e suporte.

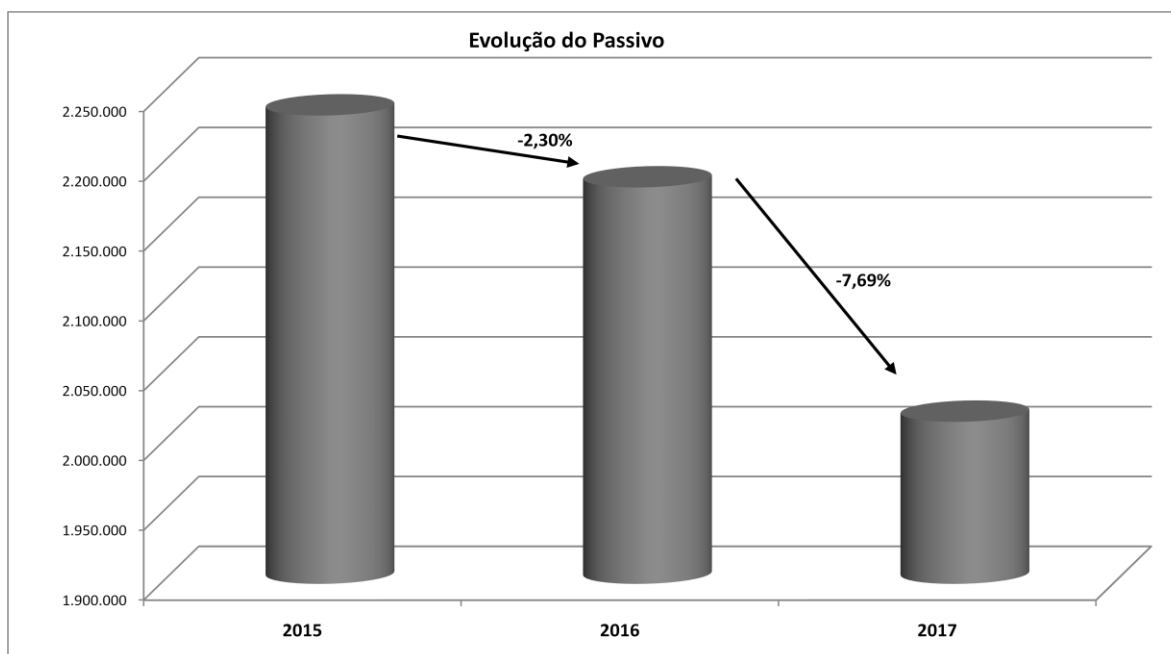


Relativamente às principais rubricas operacionais, conforme gráfico acima, verificamos a estabilidade global quer das receitas quer das principais rubricas de gastos operacionais, sendo que as Prestações de serviços evidenciam um acréscimo de cerca de 37 mil euros e as rubricas de gastos operacionais (materiais consumidos, FSE e Pessoal) reduziram cerca 50 mil, situações que conjugada com as valias obtidas na já mencionada venda de património e nas variações associadas às restantes rubricas, contribuirão para a uma melhoria de cerca de 113 mil euros do resultado operacional.

A Mesa Administrativa da SCMS, numa perspetiva prudencial em função da apreciação efetuada quanto ao resultado dos processos em curso, registou uma Provisão para Processos Judiciais em curso, referentes a acidentes de trabalho, num total de 8 mil euros, de forma a poder fazer face à eventual necessidade de incorrer em tais gastos.

De igual forma na sequência da apreciação realizada aos saldos devedores de utentes falecidos em 2017, foi constituída a correspondente imparidade no montante de 23,7 mil euros, atendendo ao risco elevado destes valores nunca virem a ser recebidos.

É essencial registar a redução do passivo global de cerca de 168 K eur em relação ao ano anterior, para a qual contribuiu essencialmente a redução dos volumes da dívida a fornecedores no montante de 229 K eur.



O conjunto destas medidas é já visível nos resultados líquidos do ano, que foram positivos em 131.357,50 euros, considerado o melhor nos últimos 20 anos.

	2017	2016
Resultado Líquido do Exercício	131.357,50	1.701,48
Cash Flow (1)	343.334,93	206.726,04
EBDITA (2)	373.105,67	257.210,96

(1) – Cash Flow = Resultado Líquido Exerc. + Depreciações + Imparidades e Provisões - Resultado Gesmiseris

(2) – EBDITA = Resultado Líquido Exercício + Depreciações e Amortizações + Juros + Impostos

Para o Resultado Líquido apurado no exercício de 131.357,50 euros propõe-se a transferência para Resultados Transitados.

Setúbal, 7 de Março de 2018

Pela Mesa Administrativa

(Provedor)



4 – NUMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS DA INSTITUIÇÃO

4.1 – Valências Sociais

	Lar Acácio Barradas		Lar Dr. Paula Borba		CAID		Apoio Domiciliário		CATI (ERPI, SAD, CD e CS)*	
	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.
Directora Coordenadora							1		1	
Técnica Sup. Serviço Social	1		1		1				1	
Terapeuta Ocupacional			1		1					
Fisioterapeuta					1				1	
Encarregada Serv. Gerais	1		1						1	
Ajudante Lar	15		21		26				21	
Ajudantes Familiares							27	11		8
Trabalhadoras Serv. Gerais	3		5		4				6	
Engomadora	**		3		**				4	
Animadora Socio-Cultural	1		1						1	
Porteiro	1		2							
Administrativa									1	
Empregadas de Refeitório	1		3		6				4	
Enfermeiros	**		**		**					6
Médico	**		**		**					1
Motoristas	**		**		**					

* - ERPI - Lar | SAD - Serv. Apoio Domiciliário | CD - Centro de Dia | CS - Cantina Social

** - O Pessoal está descrito no ponto 4.2 na Valência correspondente

4.2 – Outras Valências

	Serv. Administrativos		Património		Serviços de Saúde		Lavandaria		Cozinha		Clínica	
	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.
Directora Coordenadora	2		1									
Engarregado Sector	1											
Administrativos	8		1								3	
Técnica Sup. Serv. Social	1											
Motoristas	3											
Porteiros	1								1			
Trabalhadoras Serv. Gerais	1						2				2	
Arquiteta			1									
Carpinteiro			1									
Pedreiro												
Servente de Pedreiro			1									
Pintor			1									
Electricista			1									
Canalizador			1									
Médico					1							
Psicólogo					1							
Enfermeira Coordenadora					1							
Enfermeiros					4	9						
Operadoras de Lavandaria							2					
Costureiras							2					
Engomadoras							2					
Cozinheira									5			
Empregada de Refeitório									3			
Ajudantes de Cozinha									1			
Economo									1			
Fisioterapeutas											8	
Ajudantes de Fisioterapia											6	
Fisiatras												2



5 – BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2017	2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	5.768.700,50	5.694.626,80
Propriedades de investimento	5	5.580.734,22	5.766.506,08
Investimentos financeiros	6	88.578,01	60.059,42
Subtotal		11.438.012,73	11.521.192,30
Ativo corrente			
Inventários	7	12.754,37	9.548,81
Clientes	8	34.512,34	36.344,96
Estado e outros Entes Públicos	9	17.990,90	15.345,26
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10	25.786,17	17.013,67
Créditos a receber	11	352.511,98	327.291,47
Diferimentos	12	13.443,62	15.050,09
Caixa e depósitos bancários	13	36.200,49	26.193,61
Subtotal		493.199,87	446.787,87
Total do Ativo		11.931.212,60	11.967.980,17
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	2.567.991,77	2.567.991,77
Resultados transitados	14	(4.725.086,17)	(4.788.078,69)
Excedentes de revalorização	14	9.753.515,03	9.805.082,78
Ajustamentos / Outras Variações Capitais Próprios / Fundos patrimoniais	14	2.187.359,14	2.197.337,76
Subtotal		9.783.779,77	9.782.333,62
Resultado Líquido do período	14	131.357,50	1.701,48
Total do fundo do capital		9.915.137,27	9.784.035,10
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	53.276,71	55.000,00
Financiamentos obtidos	16	228.770,45	41.812,32
Subtotal		282.047,16	96.812,32
Passivo corrente			
Fornecedores	17	410.727,53	639.925,40
Estado e outros Entes Públicos	9	113.237,98	114.522,29
Financiamentos obtidos	16	334.412,90	440.191,64
Outras dividas a pagar	18	875.649,76	892.493,42
Subtotal		1.734.028,17	2.087.132,75
Total do passivo		2.016.075,33	2.183.945,07
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		11.931.212,60	11.967.980,17



6 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS a 31 de DEZEMBRO 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	19	2.342.085,07	2.304.887,89
Subsídios, doações e legados à exploração	20	2.028.422,55	2.034.229,05
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias ,associadas e emp. Conj.	6	25.635,67	26.203,63
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	(472.807,48)	(497.799,95)
Fornecimentos e serviços externos	22	(889.006,41)	(832.835,58)
Gastos com o pessoal	23	(2.747.868,78)	(2.828.963,89)
Imparidade de Dividas a Receber (perdas/reversões)	24	(20.687,57)	(16.563,00)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(8.000,00)	(11.300,00)
Outros rendimentos	25	201.642,63	162.399,42
Outros gastos	26	(83.310,01)	(83.046,61)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		376.105,67	257.210,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	(208.925,53)	(203.365,19)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		167.180,14	53.845,77
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	28	(35.822,64)	(52.144,29)
Resultados antes de impostos		131.357,50	1.701,48
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		131.357,50	1.701,48



7 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes e utentes	2.058.797,26	2.228.313,26
Pagamento de subsídios	0,00	0,00
Pagamento de apoios	0,00	0,00
pagamento de bolsas	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	-1.648.998,88	-1.589.042,62
Pagamentos ao pessoal	-2.575.321,48	-2.765.557,57
Caixa gerada pelas operações	-2.165.523,10	-2.126.286,93
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos (Nota 12.1)	2.233.632,49	2.070.955,95
Fluxos das actividades operacionais [1]	68.109,39	-55.330,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-116.786,85	-42.832,86
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	-12.788,40
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros (Nota 12.1)	102.267,00	102.536,26
Outros activos	2.888,47	15.468,29
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	115,60	117,90
	105.271,07	118.122,45
Fluxos das actividades de investimento [2]	-11.515,78	62.501,19
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	563.962,83	355.017,09
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	563.962,83	355.017,09
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-592.820,36	-323.812,78
Juros e gastos similares	-22.483,66	-25.093,81
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	-615.304,02	-348.906,59
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-51.341,19	6.110,50
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	5.252,42	13.280,71
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	26.173,68	12.892,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período	31.426,10	26.173,68



8 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2017

(Montantes expressos em euros)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

	Notas						Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do período 01-01-2017	6	2.567.991,77	-4.788.078,69	9.805.082,78	2.197.337,76	1.701,48	9.784.035,10	9.784.035,10
Alterações no período:								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas							0,00	0,00
Imputação no exercício do subsídio ao investimento					-9.978,62		-9.978,62	-9.978,62
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e propriedades de investim.			51.567,75	-51.567,75			0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e propriedades de investim. e respetivas var.							0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos							0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			9.723,29				9.723,29	9.723,29
							0,00	0,00
	7	0,00	-43.700,00	0,00	-4.990,64	0,00	-255,33	-255,33
Resultado líquido do período	8					131.357,50	131.357,50	131.357,50
Resultado extensivo	9=7+8					131.357,50	131.102,17	131.102,17
Operações com instituidores no período								
Fundos							0,00	0,00
Subsídios, doações e legados							0,00	0,00
Distribuições							0,00	0,00
Outras operações			1.701,48			-1.701,48	0,00	0,00
	10	0,00	-26.718,15	0,00	0,00	26.718,15	0,00	0,00
Posição no fim do período 31-12-2017	6+7+8+10	2.567.991,77	-4.725.086,17	9.753.515,03	2.187.359,14	131.357,50	9.915.137,27	9.915.137,27

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos fundos patrimoniais



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2016

(Montantes expressos em euros)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

	Notas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 01-01-2016	6	2.567.991,77	-4.717.660,54	9.805.082,78	2.202.328,40	-26.718,15	9.831.024,26	9.831.024,26
Alterações no período:								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas							0,00	0,00
Imputação no exercício do subsídio ao investimento					-9.978,62		-9.978,62	-9.978,62
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e propriedades de investim.							0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e propriedades de investim. e respetivas var.							0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos							0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			-43.700,00		4.987,98		-38.712,02	-38.712,02
							0,00	0,00
	7	0,00	-43.700,00	0,00	-4.990,64	0,00	-48.690,64	-48.690,64
Resultado líquido do período	8					1.701,48	1.701,48	1.701,48
Resultado extensivo	9=7+8					1.701,48	-46.989,16	-46.989,16
Operações com instituidores no período								
Fundos							0,00	0,00
Subsídios, doações e legados							0,00	0,00
Distribuições								
Outras operações			-26.718,15			26.718,15	0,00	0,00
	10	0,00	-26.718,15	0,00	0,00	26.718,15	0,00	0,00
Posição no fim do período 31-12-2016	6+7+8+10	2.567.991,77	-4.788.078,69	9.805.082,78	2.197.337,76	1.701,48	9.784.035,10	9.784.035,10

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos fundos patrimoniais



9 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(montantes expressos em euros)

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal – S.C.M.S., com sede na Rua Acácio Barradas Nº 2 em Setúbal, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social constituída por despacho publicado no Diário da Republica II Serie de 20/05/83, registada na Segurança Social aprovado pela portaria Nº778/83 de 23 de julho na Direção Geral da Segurança Social, no livro I das irmandades da Misericórdia sob o Nº 13/84, a folhas 166 verso e 167, em 06/06/84.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal é uma associação de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, com o objectivo de satisfazer carências sociais e praticar actos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs.

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, salvaguardando os seus valores culturais e históricos, tem como missão promover o desenvolvimento de respostas sociais direccionadas para a Terceira Idade e Religião, privilegiando os grupos mais vulneráveis e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

No exercício de 2015 foi concluído o processo de adaptação do *Compromisso* aos princípios básicos da Lei nº 30/2013 de 8 de Maio e do Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 172-A/2014 de 14 de Novembro, tendo sido aprovado na assembleia-geral realizada em 25/06/2015 o novo *Compromisso*.

Do novo compromisso ressalta a inclusão neste documento base da instituição de todo um conjunto de actividades passíveis de serem exercidas com vista à concretização dos fins subjacentes à sua criação e funcionamento, as quais na sua generalidade têm em conta as características de intervenção social subjacentes à instituição.

Em 2015 concluiu-se o processo de avaliação dos imóveis, tendo do mesmo resultado um incremento nas rubricas de Activos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento num total de 1.65 M euros e a incorporação nos activos de um conjunto de imóveis anteriormente doados ou herdados pela Santa casa da Misericórdia de Setúbal cujo registo processual só ficou concluído nesse ano, originando um acréscimo de 0,96 M Euros. A Mesa entende que os valores de referência aí apurados continuam adequados face à realidade presente do mercado imobiliário.

Relativamente aos bens do património histórico, artístico e cultural, não foi ainda possível concluir a sua própria inventariação com vista à determinação do respectivo valor associado, pelo que o balanço apresentado não integra qualquer valor desta natureza.

2 - COMPARABILIDADE E REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial Contabilístico

Em 2017 as demonstrações financeiras da S.C.M.S. – Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicado às entidades do sector não lucrativo SNC-ESNL, efectivas para o período iniciado em 1 de Janeiro de 2016, conforme alterações normativas constantes do Decreto-Lei n.º 98/2015,



de 2 de Junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (“EC”), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) consignadas no aviso 82594/2015 de 29 de Julho de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF-ESNL”.

A aplicação do normativo actualmente em vigor nas contas referentes ao ano de 2016 não provocou qualquer alteração nos valores comparativos apresentados, tendo sido apenas ajustadas as designações de algumas rubricas que integram o balanço e a demonstração de resultados.

2.2 – Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3–Regime do acréscimo

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

2.4–Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como activos e passivos não correntes.

2.5– Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6–Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7–Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8–Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.



3 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1–Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas tendo por base o modelo do custo, com excepção de algumas situações específicas desta entidade tais como bens do activo atribuídos a título gratuito e inventários a serem oferecidos no âmbito da actividade da ESNL.

3.2–Rédito

O rédito proveniente das prestações de serviços, constituído por participações dos utentes sob a forma de mensalidades, calculado por avaliação técnica e de acordo com a situação socio-económica das famílias em regime proporcional, por quotas dos associados, rendas provenientes da exploração económica do património imobiliário, registadas em função do seu recebimento efectivo, e receitas associadas aos Activos Fixos Tangíveis Operacionais. Atendendo à actividade desenvolvida o rédito inclui ainda os montantes recebidos da Segurança Social a título de participações no custo dos utentes.

3.3–Ativos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis, são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo de linha recta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não foram objecto de registo.

A generalidade das taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada indicados abaixo:

Bens	Anos
Edifícios e outras construções	30 – 75
Equipamento básico	4 – 8
Equipamento de transporte	3 – 5
Equipamento administrativo	3 - 6

Relativamente aos Edifícios e outras construções, o período de vida útil é o que decorre da reavaliação efectuada em 2015. O edifício do CAID, não incluído nesta reavaliação, mantém a vida útil atribuída na reavaliação de 2002 que é de 75 anos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.



As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.4 – Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações e seguros, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	8 - 30

3.5 – Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais se detêm uma influência significativa ou onde se exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais, são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação detida nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Instituição nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando se tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação.

3.6 – Créditos a receber

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em



incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

3.7 – Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

3.8 – Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9 – Subsídios, doações e legados á exploração

Os subsídios á exploração relacionados com rendimentos são imputados ao resultado do período, salvo se destinarem a financiar gastos e despesas a incorrer em exercícios futuros, em que se difere o montante recebido até ao momento em que ocorre o gasto.

Os subsídios do governo e outras entidades, não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais. Subsequentemente, para os activos depreciables, são reconhecidos como rendimentos à medida que ocorrem as suas depreciações.

Relativamente aos subsídios para activos não depreciables (Terrenos), são mantidos nos Fundos Patrimoniais, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

3.10- Imparidade dos activos

À data de cada relato, e sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a activos não depreciables.

3.11–Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, e os rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis e análises de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.



4- ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31.12.2017 e em 31.12.2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

4.1 - Ativos Fixos Tangíveis 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.480.840,55	-	-	-	-	3.480.840,55
Edifícios e outras construções	3.288.710,49	51.662,60	-	-	-	3.340.373,09
Equipamento básico	1.165.726,36	60.909,28	-	-	-	1.226.635,64
Equipamento de transporte	163.713,88	62.981,71	-	-	-	226.695,59
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	356.201,22	14.565,83	-	-	-	370.767,05
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	8.455.192,50	190.119,42	-	-	-	8.645.311,92
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.133.294,00	71.489,43	-	-	-	1.204.783,43
Equipamento básico	1.114.873,29	20.670,32	-	-	-	1.135.543,61
Equipamento de transporte	163.713,88	15.745,43	-	-	-	179.459,31
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	348.684,53	8.140,54	-	-	-	356.825,07
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	2.760.565,70	116.045,72	-	-	-	2.876.611,42
VALOR LIQUIDO						5.768.700,50



4.2 - Ativos Fixos Tangíveis 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.480.840,55	-	-	-	-	3.480.840,55
Edifícios e outras construções	3.232.945,51	56.799,86	(1.034,88)	-	-	3.288.710,49
Equipamento básico	1.151.913,41	13.812,95	-	-	-	1.165.726,36
Equipamento de transporte	163.713,88	-	-	-	-	163.713,88
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	353.039,91	3.161,31	-	-	-	356.201,22
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	8.382.453,26	73.774,12	(1.034,88)	-	-	8.455.192,50
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.062.182,59	71.111,41	-	-	-	1.133.294,00
Equipamento básico	1.098.648,06	16.225,23	-	-	-	1.114.873,29
Equipamento de transporte	147.723,88	15.990,00	-	-	-	163.713,88
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	344.498,85	4.185,68	-	-	-	348.684,53
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	2.653.053,38	107.512,32	-	-	-	2.760.565,70
VALOR LIQUIDO						5.694.626,80



4.3 Reavaliação Activos Fixos Tangíveis

O valor líquido dos Activos Fixos Tangíveis reavaliados é o seguinte:

	Valor líquido 31/12/2016	depreciações	Valor líquido 31/12/2017
		2017	
Terrenos	3.480.841		3.480.841
Edifícios	1.826.658	36.605	1.790.053
Total	5.307.499	36.605	5.270.894

Atendendo à recente operação de avaliação e tendo em conta que a evolução ocorrida no mercado desde essa altura não indicia alterações que possam por em causa os valores dessa avaliação, a Mesa entende que os valores de referência aí apurados continuam actuais e que o valor líquido de balanço à data de 31/12/2017 corresponde ao efectivo valor dos activos.

Relativamente ao imóvel do CAID reavaliado em 2002 e não incluído na avaliação de 2015, continua a aguardar a conclusão do processo integral de registo. Para este imóvel foram mantidos sem qualquer alteração os valores líquidos contabilísticos e a vida útil atribuída na anterior reavaliação. O valor líquido à data de 31/12/2017 ascende a 2.432.613 euros.

5 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica diz respeito a imóveis e terrenos de propriedade da SCMS que se encontram arrendadas.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2017 e de 2016, foram os constantes do quadro abaixo:

	2017	2016
	Edifícios e Out. Const.	Edifícios e Out. Const.
Propriedades de Investimento		
Saldo Inicial	5.967.613,97	5.954.825,57
Aumentos	8.995,50	12.788,40
Diminuição	(104.500,05)	-
Saldo Final	5.872.109,42	5.967.613,97
Depreciações Acumuladas		
Saldo Inicial	201.107,89	105.255,02
Depreciações Exercício	92.879,81	95.852,87
Aumentos	0,00	0,00
Diminuição	(2.612,50)	-
Saldo Final	291.375,20	201.107,89
Valor Liquido	5.580.734,22	5.766.506,08



No ano de 2017 foram alienados 3 imóveis da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, sito na Rua Pereira Cão, Nº 10 e Nº 12, Rua Bartissol, Nº 18 a 24, Rua Paulino de Oliveira Nº 58 e Nº 60.

Desta operação resultou o registo de uma mais valia de cerca de 47 mil euros. (nota 25). Parte destas alienações dizem respeito a bens anteriormente doados e constantes dos Fundos Patrimoniais, sendo que para os restantes bens alienados que foram objecto de reavaliação em anos anteriores, foi transferido para resultados transitados o valor líquido da reserva de reavaliação à data da venda. (nota 14)

6 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31.12.2017 e 31.12.2016, o saldo da rubrica é conforme se segue:

<i>Descrição</i>	2017	2016
<i>Participações financeiras</i>	76.315,23	50.679,56
<i>Fundo Compensação Trabalho</i>	12.262,78	9.379,86
Total	88.578,01	60.059,42

Participações Financeiras

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal detém à data de 31 de Dezembro de 2017 a seguinte participação:

Denominação	%	Capital próprio	Resultado líquido	Valor da Participação
<i>Gesmiseris - Unipessoal, Lda</i>	100	76.315,23	25.635,67	76.315,23

O movimento ocorrido durante o ano de 2017 foi o seguinte:

Descrição	Valor
<i>Saldo inicial a 01/01/2017</i>	50.679,56
<i>Ganhos imputados de subsidiárias</i>	25.635,67
<i>Saldo final a 31/12/2017</i>	76.315,23

Em 31 de Dezembro de 2017, a empresa apresentava os seguintes saldos e transacções com a empresa participada:

Transacções	2017	2016
Rendas	7 200,00	3 600,00
Compras	95 010,07	95 288,39

Saldos	2017	2016
Contas a Pagar	127 021,87	136 832,95
Contas a receber		



7 – INVENTÁRIOS

Desta rubrica fazem parte diversos materiais utilizados para a higiene, tratamento e bem-estar dos utentes, que totalizam em 31.12.2017 e 31.12.2016 respectivamente as quantias de 12.754,37 euros e 9.548,81 euros.

8– CLIENTES e UTENTES

A rubrica do balanço clientes no montante de 34.512,34 euros refere-se a dívida dos utentes dos lares. Este montante tem incluído um total de imparidade de 4.749,83 euros.

9– ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31.12.2017 e em 31.12.2016, o saldo da rubrica “Estado e outros entes públicos” é conforme se segue:

	2017	2016
Descrição		
Ativo		
IVA a Recuperar	17.990,90	15.345,26
Outros Impostos e Taxas		-
Total	17.990,90	15.345,26
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	16.799,76	18.036,55
Segurança Social	95.764,64	95.991,23
Outros Tributações	673,58	494,51
Total	113.237,98	114.522,29

10 – FUNDADORES / BENEMERITOS / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS

Em 31.12.2017 e em 31.12.2016 os saldos em aberto relativo aos associados eram como segue:

Descrição	2017			2016		
	Quantia Bruta	Perdas Imparidade	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Perdas Imparidade	Quantia Líquida
Associados						
Associados C/C	43.254,97	(17.468,80)	25.786,17	34.482,47	(17.468,80)	17.013,67
Associados Cob. Duv.	137.152,25	(137.152,25)	-	137.152,25	(137.152,25)	-
	180.407,22	(154.621,05)	25.786,17	171.634,72	(154.621,05)	17.013,67



11- CRÉDITOS A RECEBER

A Rubrica Créditos a receber desdobra-se pelas seguintes sub-contas:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	14.218,32	17.730,02
Devedores por acréscimos de rendimentos	36.790,23	13.476,20
Subsistemas	79.479,97	97.851,74
Utentes	206.463,76	176.614,97
Inquilinos	9.083,00	21.609,00
Outros Devedores	65.024,91	37.879,72
Perdas por Imparidade	(58.557,75)	(37.870,18)
Total	352.502,44	327.291,47

O aumento registado na rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” está directamente relacionado com a diminuição registada na rubrica “Subsistemas” uma vez que as facturas do final do ano só foram emitidas em 2018 e por isso foram objecto de acréscimo de rendimentos em 2017.

A rubrica de “Inquilinos” apresenta uma redução de 12.526 euros relativamente a 2016, reflectindo o efeito de no presente ano a SCMS, face ao acumular de situações associadas às dificuldades de cobrança, ter passado a proceder ao reconhecimento do rédito pelos valores efectivamente recebidos. O valor em aberto é relativo aos montantes de rendas emitidas e não recebidas até 31/12/2015, para as quais existem acordos de regularização.

O montante de rendas não recebidas referentes a 2016 e 2017 ascende a cerca de 35.478 euros. Durante o ano de 2017 a SCMS continuou a apreciação das situações que por via judicial ou por acordo com os inquilinos ainda poderão ser objecto de recuperação. Deste trabalho, do qual resultou alguns acordos de pagamentos actualmente em vigor, foram identificados e objecto de anulação valores antigos sem qualquer possibilidade de recuperação no montante de 9.888 euros.

O aumento registado na rubrica “Perdas por imparidade” deve-se à constituição de uma imparidade no valor de 23.688 euros para valores em dívida de utentes que faleceram em 2017. A outra imparidade que se encontra aqui registada relativa a uma dívida objecto de acordo de pagamento, sofreu uma diminuição/reversão de 3.000 euros, correspondente ao valor recebido em 2017. (nota 24).



12- DIFERIMENTOS

Em 31.12.2017 e em 31.12.2016 as rubricas do activo corrente apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Juros	-	13.231,98
Seguros	13.046,98	1.818,11
Contratos Assistência	396,64	-
Total	13.443,62	15.050,09

O valor dos diferimentos à data de 31/12/2017 refere-se, essencialmente aos seguros cujas coberturas respeitam ao ano de 2018.

Os juros diferidos em 31/12/2016 respeitavam ao encargo de 2017 no âmbito do acordo de pagamento da dívida à Serunion. Este acordo não previa o pagamento de qualquer quantia a título de juros respeitante aos restantes valores da dívida que ficará totalmente liquidada em 2018.

13 – CAIXA E DEPOSITOS BANCARIOS

Em 31.12.2017 e 31.12.2016 a rubrica Caixa e Depósitos Bancários decompõe-se como se segue:

Descrição	2017	2016
Saldos Activos		
Caixa	19.926,13	18.616,40
Depósitos à Ordem	16.057,16	7.360,01
Outros Depósitos Bancários	217,20	217,20
Sub-Total	36.200,49	26.193,61
Saldos Passivos		
Depósitos à Ordem	-4.774,39	-19,93
Total	31.426,10	26.173,68
Variação Saldos Caixa 2017/2016/2015	5.252,42	13.280,71



13.1 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Outros Recebimentos / Pagamentos

O valor apresentado inclui os subsídios recebidos correspondentes às valências da instituição em 2017 e 2016 no montante de 2.028.422,55 euros e 2.034.299,05 euros respectivamente.

Recebimentos de Investimentos Financeiros

O valor apresentado inclui os valores recebidos relativos às vendas de três imóveis (148.000 euros) e os valores recebidos relativos a rendas no montante de 102.376 euros (98.721 euros em 2016).

14– FUNDOS PATRIMONIAIS

As variações ocorridas nos Fundos Patrimoniais foram as seguintes:

Descrição	01-12-2017	Aumentos	Diminuições	Transferências entre contas	31-12-2017
Fundos	2.567.991,77	-	-	-	2.567.991,77
Resultados transitados	(4.788.078,69)	11.424,77		51.567,75	(4.725.086,17)
Excedentes de revalorização	9.805.082,78	-	-	(51.567,75)	9.753.515,03
Ajustam./Outras Variações CP / Fundos Patri.					
Doações e Similares	1.667.722,26	-		-	1.667.722,26
Subsídios ao Investimento	608.719,96	-	(9.978,62)	-	598.741,34
Outros	(79.104,46)	-	-	-	(79.104,46)
Total Ajust./OVCP / FP	2.197.337,76	-	(9.978,62)	-	2.187.359,14
Resultado Líquido do Período	1.701,48	131.357,50	1.701,48	-	131.357,50
Total	9.784.035,10	142.782,27	(8.277,14)	0,00	9.915.137,27

O aumento de 11.424,77 euros nos resultados transitados reflecte a aplicação dos resultados de 2016 no montante de 1.701,48 euros e a redução do ano da provisão constituída em 2016 que afectou esta rubrica (nota 15).

Em função das operações de alienação de património ocorridas no ano (nota 5) foi transferido para resultados transitados o valor à data da venda da reserva de reavaliação destes imóveis.



15 - PROVISÕES

Em 31.12.2017 e 31.12.2016, o saldo da rubrica “Provisões” é conforme se segue:

Descrição	2017	2016
Processos Judiciais em Curso	8.000,00	
Outras Provisões	45.276,71	55.000,00
Total	53.276,71	55.000,00

Em 2017 a SCMS constituiu uma provisão de 8.000€ para fazer face a alguns processos judiciais ainda a decorrer relativos a Acidentes de Trabalho.

A redução de 9.723,29 euros ocorrida nas Outras Provisões decorre da reapreciação para a presente data da eventual necessidade de ajustamentos aos valores dos activos ou passivos em balanço. Dada a sua característica, a mencionada redução teve um reflexo positivo em resultados transitados.

Relativamente ao processo que envolve a resolução do contrato promessa compra e venda da loja do imóvel da Rua Almeida Garrett e de acordo com os nossos advogados, o valor provável de responsabilidade peticionado no processo ascende a cerca de 75 mil euros. Atendendo a que o eventual risco de responsabilidade associado tem como contrapartida a posse do imóvel em causa, não foi registado qualquer valor a título de provisão. O valor patrimonial tributável do imóvel em causa ascende a cerca de 97 mil euros, o qual é significativamente superior à responsabilidade provável, eventualmente a assumir neste processo.

16– FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31.12.2017 e em 31.12.2016, o saldo da rubrica “Financiamentos Obtidos” é conforme se segue:

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	204.373,32	152.597,22	356.970,54	325.606,79	7.134,30	332.741,09
Locações Financeiras	28.765,19	76.173,23	104.938,42	3.564,92	678,02	4.242,94
Contas caucionadas	96.500,00	-	96.500,00	111.000,00	34.000,00	145.000,00
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	4.774,39	-	4.774,39	19,93	-	19,93
Total	334.412,90	228.770,45	563.183,35	440.191,64	41.812,32	482.003,96



O aumento ocorrido na rubrica de Locações Financeiras deve-se a quatro novos contratos de leasing, efectuados em 2017 para a compra de 5 viaturas e equipamento (aumento activos fixos tangíveis - nota 4).

Garantias prestadas

À data de 31 de Dezembro as garantias existentes são como segue:

- Millennium BCP – 54.377€ - emitida a favor Câmara Municipal de Setúbal para garantia obras a realizar na Quinta dos Comediantes
- Caixa Geral Depósitos – 2.500€ - Aval prestado no âmbito da garantia bancária da Gesmiséris, Unip., Lda. a favor do departamento jogos da Santa Casa da Misericórdia Lisboa

17– FORNECEDORES

A rubrica de Fornecedores nos exercícios findos em 31.12.2017 e em 31.12.2016 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	410.727,53	599.925,40
Fornecedores títulos a pagar	-	40.000,00
Total	410.727,53	639.925,40

18– OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

A Rubrica Outras dividas a pagar desdobra-se pelas seguintes sub-contas:

Descrição	2017	2016
Fornecedores de Investimentos	23.628,95	32.789,90
Credores por acréscimos de gastos	593.611,06	627.195,12
Utentes	196.121,75	186.682,87
Ossarios	6.675,00	6.840,00
Outros credores	55.613,00	38.985,53
Total	875.649,76	892.493,42

O montante registado em “Credores por acréscimo de gastos” diz respeito, essencialmente, à estimativa de remunerações a liquidar ao pessoal. O valor total da estimativa de remunerações ao pessoal, 570.983,06 euros, inclui um montante de 124.362,06 euros respeitante ao CATI.

O aumento registado na rubrica “Outros Credores” deve-se essencialmente a um valor de cerca de 12.000 euros a pagar a uma ex-funcionária relativo a um acordo de cessação do contrato de trabalho.



19– SERVIÇOS PRESTADOS

As prestações de Serviços a 31.12.2017 e em 31.12.2016 detalhavam-se conforme se segue:

Descrição	2017	2016
Mensalidades de Utentes:		
Lares de Idosos	1.455.341,44	1.431.660,60
Apoio Domiciliário	110.863,78	99.965,75
CAID - Utentes Particulares	91.160,41	67.017,61
CATI - SAD	61.350,77	52.601,82
CATI - Centro de Dia	4.266,18	9.484,60
Total de Mensalidades de Utentes	1.722.982,58	1.660.730,38
Quotizações e joias	31.368,00	39.136,00
Total de Quotizações e Joias	31.368,00	39.136,00
Serviços Secundários:		
Reabilitação	393.753,37	397.641,30
Programas	13.286,50	16.082,50
Meios Complementares	1.989,29	1.145,63
CATI - Cantina Social	76.087,50	86.880,00
Outros	102.617,83	103.272,08
Total de Serviços Secundários	587.734,49	605.021,51
Total de Prestação de Serviços	2.342.085,07	2.304.887,89

20– SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O valor presente nesta rubrica refere-se ao recebimento do subsídio da Segurança Social correspondente às várias valências asseguradas pela Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

	2017	2016
Lar Dr. Paula Borba	429.103,76	421.550,30
Lar Acácio Barradas	143.598,24	140.821,20
Centro Apoio Idosos Dependentes	494.078,98	494.128,64
Apoio Domiciliario	443.250,93	448.752,03
CATI	518.390,64	528.976,88
Total	2.028.422,55	2.034.229,05



21 – CUSTO DOS MATERIAIS CONSUMIDOS

Descrição	2017				2016
	Inventário 01/01/16	Compras	Inventário 31/12/16	Consumo do Ano	Consumo do Ano
Medicamentos e Fraldas	6.491,81	150.495,48	7.085,50	149.901,79	156.399,21
Consumíveis Refeitório	0	262.170,35	0,00	262.170,35	281.029,08
Material Limpeza e Outros	3.057,00	63.347,21	5.668,87	60.735,34	60.371,66
Total	9.548,81	476.013,04	12.754,37	472.807,48	497.799,95

22 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimento e Serviços Externos nos exercícios findos em 31.12.2017 e em 31.12.2016 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2017	2016
621 - Subcontratos	-	-
622 - Serviços especializados		
. Trabalhos Especializados	65.914,76	58.736,30
. Publicidade e propaganda	3.893,28	11.444,55
. Vigilância e segurança	39.852,00	57.564,00
. Honorários	325.250,02	260.182,50
. Comissões	16.000,00	-
. Conservação e reparação	34.094,07	26.373,95
. Serviços Bancários	32.413,90	28.769,37
623 - Materiais		
. Material de Escritório	8.626,71	7.661,77
. Artigos para oferta	-	-
624 - Energia e fluidos		
. Electricidade	74.864,90	77.886,44
. Combustíveis	119.655,43	150.456,71
. Água	57.455,55	40.221,60
625 - Deslocações, estadas e transportes	215,40	54,90
626 - Serviços Diversos		
. Rendas e alugueres	13.347,82	20.298,79
. Comunicação	23.300,88	30.625,50
. Seguros	19.005,04	12.093,61
. Contencioso e Notariado	1.232,00	2.269,98
. Despesas de Representação	3.791,98	4.900,80
. Limpeza, Higiene e Conforto	1.950,77	1.196,22
. Outros Serviços	48.141,90	42.098,59
TOTAL	889.006,41	832.835,58



O valor da rubrica de “comissões” respeita aos montantes pagos a imobiliárias no âmbito das operações de alienação do património realizadas.

O aumento da rubrica de “Honorários” é resultante do reforço de prestadores de serviços profissionais para colmatar as situações de baixas prolongadas (nota 23)

A redução dos valores da rubrica de “Comunicação” resulta do facto de em 2016 terem sido suportados gastos adicionais com a actualização da lista de Irmãos.

O acréscimo da rubrica de “Seguros” resulta da revisão e reestruturação das apólices e das correspondentes coberturas associadas a imóveis, frota automóvel e multi-riscos.

O aumento do valor dos gastos referentes ao consumo de água resulta da instalação de novos contadores autónomos associados a algumas valências.

A diminuição dos gastos de combustíveis resulta da implementação de um novo processo de controlo ao abastecimento Galp.

A redução da rubrica de “vigilância e Segurança” resulta da renegociação do contrato existente.

23– GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com Pessoal” nos exercícios findos em 31.12.2017 e 31.12.2016 detalha-se como segue:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao Pessoal	2.194.996,75	2.281.619,42
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	14.682,75	16.271,63
Encargos sobre as Remunerações	469.815,27	471.416,84
Seguros de Acidentes no Trabalho	40.956,72	31.476,40
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	27.417,29	28.179,60
Total	2.747.868,78	2.828.963,89

A diminuição do valor dos gastos com o pessoal deve-se ao facto de no exercício de 2017 a SCMS ter passado a contratar pessoal para substituir trabalhadores em regime de baixa prolongada através do regime de prestação de serviços, facto esses que também justifica o aumento da rubrica “Honorários” (nota 22).“



24 – IMPARIDADES e PROVISÕES

Nos exercícios de 31.12.2017 e 31.12.2016 estas rubricas apresentam os seguintes detalhes:

Descrição	2017	2016
Imparidades		
Reforço Imparidade Quotizações	-	19.563,00
Imparidade Utentes	23.687,57	
Reversão imparidade de outros devedores	-3.000,00	-3.000,00
Total de Imparidades	20.687,57	16.563,00
Provisões		
Reforço Outras Provisões	-	11.300,00
Provisão Processos Judiciais em curso	8.000,00	
Total de Provisões	8.000,00	11.300,00

Movimento de imparidades: conforme nota 11

Movimento de provisões: conforme nota 15

25 – OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros Rendimentos” nos exercícios findos em 31.12.2017 e 31.12.2016 detalha-se como segue:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	1.195,60	1.017,90
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	153.031,33	132.292,77
Outros rendimentos e ganhos	47.415,70	29.088,75
Total	201.642,63	162.399,42

O valor dos rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros referem-se, essencialmente, às rendas obtidas no ano (106 mil euros) e às mais valias resultantes da alienação do património (47 mil euros) (nota 5).

O acréscimo ocorrido no valor dos Outros rendimentos e ganhos resulta, essencialmente, da variação da rubrica de ganhos de exercícios anteriores proveniente da recuperação de gastos.

26 – OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios findos em 31.12.2017 e 31.12.2016 detalha-se como segue:

Descrição	2017	2016
Impostos	7.190,41	5.184,69
Perdas em inventários	-	475,80
Outros Gastos	76.119,60	77.386,12
Total	83.310,01	83.046,61



A rubrica de “Outros gastos” inclui, nomeadamente a regularização de saldos dos utentes e rendas (46 mil euros), o encargo com indemnização a ex-colaboradora (16 mil euros) e outros gastos de exercícios anteriores (14 mil euros)

27 – GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os gastos com depreciações apresentavam-se como segue:

Descrição	2017	2016
Propriedades de Investimento	92.879,81	95.852,87
Activos Fixos Tangíveis	116.045,72	107.512,32
Total	208.925,53	203.365,19

28– JUROS E GASTOS DE FINANCIAMENTO

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	35.786,83	52.037,91
Outros gastos e perdas de financiamento	35,81	106,38
Total	35.822,64	52.144,29

A redução dos gastos de financiamento resulta directamente da redução dos volumes financiamento existentes (nota 16)

29 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não ocorreram factos relevantes que impliquem ajustamentos nas demonstrações financeiras.

30 - DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 7 de Março de 2018.



10 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR VALÊNCIAS – 2017

CONTAS	Lar Dr. Paula Borba	Lar Acácio Barradas	CAID	Apoio Domiciliário	CATI	TOTAIS
RENDIMENTOS	883.862,51	360.393,21	1.015.663,16	560.179,51	1.126.531,04	3.946.629,43
Prestação Serviços	453.816,94	216.478,64	508.247,67	116.905,92	606.238,74	1.901.687,91
Comp. Sub Explor	429.103,76	143.598,24	494.078,98	443.250,93	518.390,64	2.028.422,55
Reversão de Provisões	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Outros Ganhos Rend.	941,81	316,33	10.336,51	22,66	1.901,66	13.518,97
Proveitos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GASTOS	873.691,00	449.530,87	985.865,84	472.485,70	1.076.837,85	3.858.411,26
Custo Materias Consumidas	129.511,35	45.072,64	104.704,49	32.514,79	146.832,31	458.635,57
Forneci. Serviços Externos	116.639,90	52.718,04	153.240,25	131.267,92	301.203,32	755.069,44
Custos c/ Pessoal	565.006,28	322.227,94	645.056,77	279.032,95	604.588,36	2.415.912,31
Depreciações / Amortizações	20.540,89	14.097,48	46.008,18	17.111,54	8.399,14	106.157,23
Perdas por Imparidade	11.903,56	5.636,26	6.147,75	0,00	0,00	23.687,57
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos Perdas	23.221,21	5.948,39	23.048,15	6.086,91	6.701,67	65.006,33
Custos Financeiros	6.867,81	3.830,12	7.660,24	6.471,59	9.113,05	33.942,81
RESULTADO ANO	10.171,51	-89.137,66	29.797,32	87.693,81	49.693,19	88.218,17

CONTAS	Clínica	Património	Administração	TOTAIS
RENDIMENTOS	410.114,97	149.692,91	94.348,61	654.156,49
Prestação Serviços	409.029,16	0,00	31.368,00	440.397,16
Comp. Sub Explor	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversão de Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Rend. Ganhos	1.085,81	149.692,91	62.865,01	213.643,73
Proveitos Financeiros	0,00	0,00	115,60	115,60
GASTOS	408.172,21	171.368,17	31.476,78	611.017,16
Custo Materias Consumidas	13.319,50	573,12	279,29	14.171,91
Forneci. Serviços Externos	93.225,27	35.118,93	5.592,77	133.936,97
Custos c/ Pessoal	287.887,35	29.681,03	14.388,09	331.956,47
Depreciações / Amortizações	9.693,29	92.898,38	176,63	102.768,30
Perdas Por Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00
Outros Gastos Perdas	4.046,80	13.065,90	1.190,98	18.303,68
Custos Financeiros	0,00	30,81	1.849,02	1.879,83
RESULTADO ANO	1.942,76	-21.675,26	62.871,83	43.139,33



11 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

& Ascensão, Cruz, Costa Associados - S.r.o.c., Lda.

Sociedade de revisores oficiais de contas

4

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia de Setúbal**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 11.931.213 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.915.137 euros, incluindo um resultado líquido de 131.358 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Capital Social 10.000 euros – NIPC / N° da Matrícula na C.R.C. de Lisboa 501 308 970
Inscrição n° 13 na OROC e n° 20181375 na CMVM
Sede: Rua Dr. Faria de Vasconcelos, 5 – 1° Dtº., 1900-206 Lisboa, Portugal
Tels. (351) 218 471 888 / 218 485 683 - Fax (351) 218 401 754



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



**Ascensão, Cruz, Costa
& Associados - S.r.o.c., Lda.**
Sociedade de revisores oficiais de contas

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 21 de março de 2018

Ascensão, Cruz, Costa & Associados – SROC, Lda.
Representada por Dr. José Manuel D'Ascensão Costa, ROC nº 950



12 – PARECER DO DEFINITÓRIO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

Parecer do Definitório

Caros Irmãos:

No cumprimento das competências que lhe são conferidas pelo artigo trigésimo segundo do “Compromisso” da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, vem o Definitório apresentar e submeter à apreciação da Assembleia Geral, o seu Parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência, referentes ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e dezassete.

RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade da Mesa Administrativa, a preparação de documentos financeiros que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, bem como, a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada em verificações por amostragem ao longo do exercício, no exame das demonstrações financeiras e na análise técnica realizada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

ÂMBITO

O Definitório, acompanhou a actividade da Mesa Administrativa, tendo o seu Presidente, por convite da Mesa Administrativa, assistido a algumas das suas reuniões.

Dos contactos e observações efectuadas, consideramos que se manteve a preocupação da Mesa Administrativa, na melhoria da organização dos serviços e do funcionamento da Instituição, procurando a optimização da gestão dos recursos humanos e dos equipamentos, conforme de forma sucinta é explicado no Relatório de Gestão.

A nossa análise e fiscalização, foi complementada com a consulta de documentos, interpretação dos mapas financeiros e demais elementos colocados pelos Serviços à nossa disposição, assim como por esclarecimentos solicitados à Direcção Financeira, cujo bom trabalho e colaboração agradecemos.

COMENTÁRIO

O Resultado Líquido positivo de 131.317 € (cento e trinta e um mil trezentos e dezassete euros), beneficiou de idêntico resultado da associada Gesmiseris Unipessoal, Limitada, no montante de 25.636 € (vinte e cinco mil seiscentos e trinta e seis euros) e de resultados extraordinários líquidos positivos de 28.289 € (vinte e oito mil duzentos e oitenta e nove euros), sendo o melhor resultado global dos últimos quinze anos.

O cash-flow também positivo de 343.335 € (trezentos e quarenta e três mil trezentos e trinta e cinco euros), permitiu a redução do passivo em cerca de 168.000 € (cento e sessenta e oito mil euros), e suportar o investimento de cerca de 190.000 € (cento e noventa mil euros) em



equipamentos novos e na recuperação de existentes, tais como, lavandaria, cozinha, caldeiras e veículos do apoio domiciliário.

De salientar que os custos com o pessoal, considerados na sua globalidade---trabalhadores dependentes e independentes---apresentaram pela primeira vez em quinze anos um redução relativamente ao ano anterior de cerca de 16.000 €(dezasseis mil euros) e ainda o equilíbrio obtido entre proveitos e custos na Clínica de Medicina Física e Reabilitação.

Apesar destes resultados, a liquidez continua a apresentar fragilidades, cuja superação deverá manter-se na primeira das preocupações da Mesa Administrativa, evitando contrair novas obrigações financeiras que não sejam imprescindíveis para o bom funcionamento da Instituição e que a protejam de eventuais contingências adversas.

No âmbito do trabalho por nós desenvolvido, verificámos da conformidade das Demonstrações Financeiras --- Demonstração dos Resultados, Balanço e Anexos --- com os registos que os suportam.

Procedemos ao exame das contas com a profundidade considerada adequada, e tendo em devida conta o Relatório de Auditoria e a Certificação Legal de Contas emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, bem como, os comentários inseridos neste nosso documento, é nossa convicção que os Mapas Financeiros, nomeadamente, a Demonstração dos Resultados, o Balanço e respectivos anexos, reflectem em todos os aspectos materialmente relevantes de forma apropriada e verdadeira a posição Patrimonial da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, pelo que propomos sejam aprovados o Relatório e as Contas de Gerência relativas ao exercício de dois mil e dezassete, apresentados pela Mesa Administrativa.

Setúbal, 22 de Março de 2018

O Presidente

O Vice-Presidente

O Secretário

O Vogal

